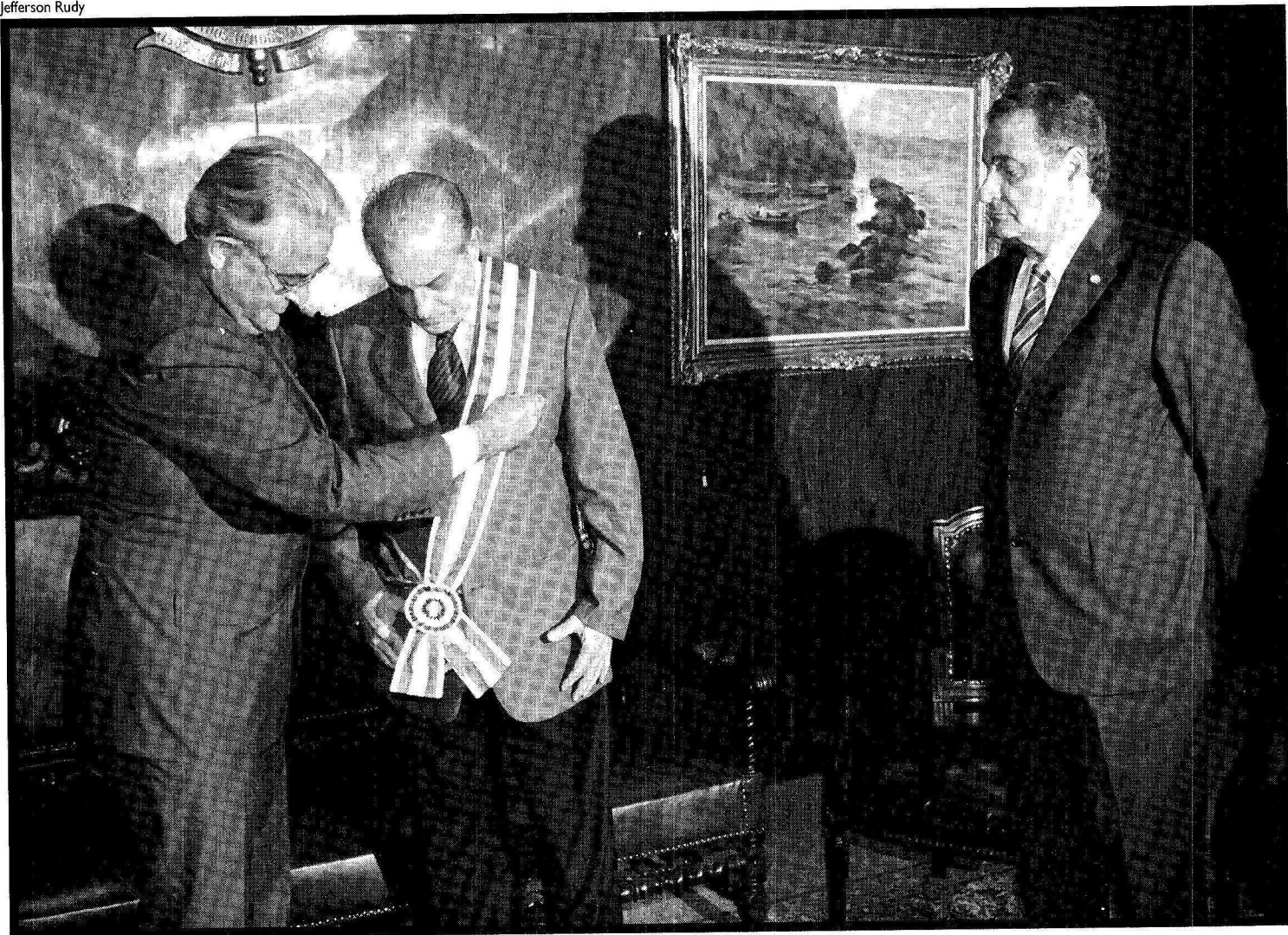


ÚLTIMAS

RECURSOS

Projeto que garante R\$ 3,3 bilhões ao governo local depende apenas da sanção do presidente Fernando Henrique para entrar em vigor em 2003

Jefferson Rudy



GOVERNADOR RORIZ HOMENAGEIA O PRESIDENTE DO CONGRESSO, SENADOR RAMEZ TEBET (C), COM A MEDALHA DA ORDEM DO MÉRITO DE BRASÍLIA

Senado aprova Fundo Constitucional do DF

Roberto Fonseca
Da equipe do Correio

A bancada de Brasília no Congresso e o governador Joaquim Roriz (PMDB) conseguiram ontem uma importante vitória no Senado. O projeto de lei que cria o Fundo Constitucional do DF foi aprovado no plenário da Casa. O Fundo obriga a União a repassar recursos ao DF para custear despesas de pessoal das áreas de segurança, saúde e educação. Para entrar em vigor já em 2003, falta apenas a sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O texto votado no Senado é o mesmo aprovado na Câmara dos Deputados na semana passada. A criação do Fundo garante o repasse de R\$ 3,3 bilhões por ano ao governo do DF. O valor será reajustado automaticamente na mesma proporção do aumento da receita líquida da União. Para o governador Joaquim Roriz (PMDB), o Fundo significa uma menor dependência de negociação com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para conseguir recursos.

O governador foi pessoalmente ao Senado para acompanhar a votação do projeto. Antes da sessão, Roriz encontrou-se com o presidente do Congresso, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele aproveitou a oportunidade para entregar-lhe a medalha da Ordem do Mérito de Brasília, concedida em 21 de abril deste ano. Roriz ouviu do presidente do Senado a promessa de que o projeto do Fundo seria incluído na pauta de ontem. "Nós não po-

VERBAS PARA BRASÍLIA

COMO É

■ *A União é obrigada pela Constituição Federal a custear somente os custos da área da segurança do DF. Mas, desde a criação de Brasília, o governo federal sempre arcou também com o pagamento dos salários das áreas de educação e saúde*

■ *Todos os anos a bancada do DF no Congresso negocia o valor do repasse que constará na previsão orçamentária da União. Por não ser obrigatório, porém, há sempre atrasos na liberação mensal, que depende de negociações políticas*

COMO SERÁ

■ *A criação do Fundo Constitucional do DF tornará obrigatório o repasse anual para custeio das áreas de segurança, saúde e educação*

■ *O valor do repasse não dependerá mais das negociações da bancada federal do DF. Haverá um patamar mínimo (de R\$ 2,9 bilhões) que será reajustado anualmente, de acordo com a arrecadação da União*

■ *O governador, no entanto, terá de continuar negociando com o governo federal recursos para aumento de salário dos servidores e investimentos*

demos faltar com esse dever", garantiu Tebet.

Em seguida, Roriz participou de uma reunião na liderança do PMDB no Senado, onde foram acertados os últimos detalhes da votação. Pela manhã, o relator do projeto, senador Lindberg Fery (PFL-DF), conseguiu a assinatura de todos os líderes partidários para que o texto tramitasse em regime de urgência. Com isso, o projeto não seria analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Depois de aprovada a tramitação de urgência no plenário, to-

dos os líderes partidários votaram a favor do projeto de criação do Fundo. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) tentou adiar a votação para hoje, mas a proposta foi rejeitada. Os senadores derrubaram também uma emenda do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ao projeto.

Aprovado no Senado, o projeto segue agora para sanção presidencial. De acordo com o deputado federal e senador eleito Paulo Octávio (PFL-DF), Fernando Henrique deve sancioná-lo até sexta-feira. "É o melhor presente que Brasi-

lia poderia ganhar nesse Natal. Esse Fundo dá dignidade, tranquilidade a milhares de pessoas que trabalham nas áreas de saúde, educação e segurança", afirmou.

Roriz também comemorou a aprovação do Fundo Constitucional. "Tudo deu certo. Enquanto eles estavam lá, eu estava aqui no canto com a mão na minha medalha de Nossa Senhora para que me desse força", disse o governador. "Vai melhorar a vida do povo de Brasília. Os servidores das áreas de segurança, saúde e educação vão ser melhor aquinhoados. Nós podemos dar a eles um salário muito melhor do que eles têm. E com isso melhorar a qualidade do ensino, da saúde e da segurança pública", completou.

O deputado federal Pedro Celso (PT), autor do substitutivo que cria um sistema de controle social do Fundo, acredita que o nova forma de repasse só será bem-sucedida com a implementação da comissão de acompanhamento e fiscalização. "É uma maneira de democratizar a aplicação do dinheiro e dar mais transparência a ela. Espero que o governador oficialize essa comissão rapidamente."

Pelo menos cinco projetos que previam a criação do Fundo foram apresentados no Congresso nos últimos anos. Mas a votação só foi possível este ano porque Fernando Henrique, depois de um acordo com Roriz, enviou em junho proposta para a Câmara em regime de urgência.

■ COLABOROU TARCIANO RICARTO